

☐ REQUERIMENTO Número /XIII ( .ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII ( .ª)

**Assunto: Pedido de esclarecimento sobre alegados conflitos de interesses na RTP**

**Destinatário: Ministério da Cultura**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

A Comissão de Trabalhadores da RTP, na sequência de uma reunião com o Conselho de Administração, emitiu, no dia 12 de Janeiro, um comunicado em que alerta para a possibilidade da existência de um conflito de interesses em relação a um dos administradores do canal público, Nuno Artur Silva. Em causa, de acordo com o texto do comunicado, está o facto do administrador mencionado ser dono de uma produtora de conteúdos audiovisuais - Produções Fictícias -, que seria, indiretamente, fornecedora da RTP, bem como o facto do mesmo administrador ser dono de um outro canal televisivo, o Canal Q.

Igualmente citados são o diretor de programas, Daniel Deusdado - que, segundo notícia hoje publicada pelo Correio da Manhã, era, à data da sua nomeação, sócio de Nuno Artur Silva-, e Virgílio Castelo, assessor da direção de programas para projetos de ficção.

Estas matérias desencadearam uma sequência de comunicados na RTP entre a Direção de Programas e a Comissão de Trabalhadores, bem como numerosas notícias nos órgãos de comunicação social, que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda encara com a maior preocupação.

Do Código de Ética e Conduta aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de Janeiro de 2017, consta a seguinte entrada sobre conflitos de interesses:

*“Para efeitos deste código consideramos conflito de interesse toda a situação em que o exercício de funções de um trabalhador ou colaborador é afetado, ou suscetível de ser afetado, de forma pontual ou duradoura, em razão do exercício de outras atividades e/ou dos seus interesses ou relações externas à empresa, ou sempre que um trabalhador ou colaborador usa a sua posição dentro da empresa para benefício pessoal ou para benefício de familiares ou pessoas próximas.*

*Sempre que, no exercício da atividade, sejamos chamados a intervir em processo de decisão que envolva, direta ou indiretamente, organização com a qual colaboramos ou tenhamos colaborado, ou ainda pessoas a que estejamos ou tenhamos estado ligados por laços de parentesco ou afinidade, assumimos a obrigação de reportar superiormente, por escrito, antes de qualquer participação em tal processo, a existência dessas ligações.*

*Situações exemplificativas de conflitos de interesses:*

*Participação, influência direta ou indireta em procedimento de contratação ou decisão em que o trabalhador ou colaborador tenha interesse particular, direto ou indireto com a entidade, ou em relação ao qual a sua intervenção possa suscitar legítimas dúvidas sobre a sua isenção e rigor;*

*Exercício de atividades incompatíveis com o exercício de funções na empresa, desde logo as que possam implicar violação de deveres de lealdade e de não concorrência;*

*Atividades desenvolvidas em benefício de outras empresas de comunicação social, não se considerando como tal a colaboração pontual e não remunerada através de artigos em publicações periódicas;*

*Um trabalhador ou colaborador que tenha um interesse financeiro numa empresa com a qual a RTP mantém uma relação comercial podendo ser percecionado como estando numa posição com influência nas respetivas decisões contratuais;*

*A prestação de serviços ou de qualquer tipo de colaboração remunerada a fornecedores da RTP;*

*Um trabalhador ou colaborador que tenha uma relação pessoal, familiar ou financeira, não conhecida com um potencial fornecedor;*

*Um trabalhador ou colaborador ou membro da sua família que receba benefícios não devidos, resultantes apenas da posição que ocupa na empresa.”*

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que um serviço público com a importância estratégica da RTP deve ser gerido de forma exemplar. Nesse sentido, em nome da transparência, considera fundamental dissipar todas as dúvidas que possam ter sido suscitadas em função da situação sumariamente descrita.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura as seguintes questões:*

1. O Governo está a acompanhar a situação? Em caso afirmativo, já fez uma avaliação da mesma?
2. O Governo já consultou o Conselho de Opinião e o Conselho Geral Independente da RTP sobre as denúncias de conflitos de interesse no seio do canal público?
3. Pode o Governo garantir a idoneidade do Conselho de Administração e o cumprimento escrupuloso do Código de Ética e Conduta da Rádio e Televisão de Portugal?
4. Pondera o governo solicitar uma auditoria do Tribunal de Contas às decisões do Conselho de Administração da RTP?

Palácio de São Bento, 19 de janeiro de 2018.

**O deputado**

**Jorge Campos**

**Jorge Costa**